

Pela imprensa, venho acompanhando o empenho de diversos parlamentares para a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, cujo objetivo é a apuração dos fatos relacionados com a aquisição, pela PETROBRÁS, da Refinaria de PASADENA, no Texas, USA.

Denúncias de corrupção devem, sempre, ser apuradas com o maior rigor, e, se procedentes, punidos os responsáveis, sobretudo na Administração Pública, onde os princípios constitucionais da **LEGALIDADE** e da **PROBIDADE** devem ser fielmente observados.

Na apuração dos fatos vinculados com PASADENA, o Senado Federal - onde já se obteve o número de assinaturas necessárias para a instalação da CPI – certamente saberá se articular e terá o apoio da Câmara dos Deputados, do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público Federal, da Corregedoria - Geral da União e da Polícia Federal, que também poderão promover investigações dos malfeitos eventualmente praticados.

O esclarecimento de tudo e a punição exemplar de eventuais culpados, incluindo os responsáveis pela indicação política dos mesmos, fortalecerá a PETROBRÁS, maior empresa brasileira, nascida da vontade popular, com o decisivo apoio do Congresso Nacional.

É, portanto positiva, a iniciativa da CPI. Não obstante, ela não deve se transformar, no meu entendimento, em espaço para disputas eleitorais e embates entre Governo e Oposição. Tampouco deve servir para desviar a atenção do Congresso Nacional e da Opinião Pública, para o grave momento vivido pela PETROBRÁS, em consequência da política de preços adotada pelo Governo Federal, para os derivados de petróleo. Política que, buscando o controle da inflação, vem impondo pesados sacrifícios à PETROBRÁS, com gravíssimas consequências para o país, como tentarei demonstrar nesta mensagem.

Entendo, como indiscutível, a necessidade de controlar o processo inflacionário. A inflação é um processo perverso. Destrói os valores do trabalho. Desorganiza a economia. Inibe os investimentos produtivos. Favorece a especulação. Sacrifica, principalmente, os mais pobres.

O Governo atual, como de resto qualquer outro governo, seja de que partido for, deve ser apoiado em seu esforço para manter a estabilidade, conquista da sociedade brasileira. Isto também não se discute.

O que deve ser discutido, principalmente pelo Congresso Nacional, onde nasceu a PETROBRÁS, mediante a Lei 2004/53, após 22 meses de intensos debates e quatro anos da Campanha nas ruas, do PETRÓLEO É NOSSO, é se a inflação pode ser debelada tão somente pelo controle de preços e tarifas públicas.

Não tenho razões para duvidar dos bons propósitos do Ministro Mantega. Não obstante, tenho convicção de que há equívocos na política de preços adotada para os derivados de petróleo. Diversos governos, em épocas diferentes, sustentados por bases partidárias diferenciadas, sucumbiram à tentação dos preços artificiais, dos subsídios, das renúncias fiscais, dos congelamentos, tudo sem resultados no combate à inflação. O que se observou foram consequências danosas, como desabastecimento, ágio, mercado negro, descapitalização do setor público, transferência brutal de renda para área privada, degradação dos serviços públicos, queda de investimentos, privatizações ruinosas para o patrimônio do Estado, para citar algumas.

No caso da PETROBRÁS, o comprometimento de sua saúde financeira, já iniciado e que se agrava aceleradamente, serão desastrosos os resultados para o país.

Com a política de preços vigente perdem o país, os estados, os municípios, as universidades, os centros de pesquisa, os milhares de fabricantes de materiais e equipamentos e prestadores de serviço que atendem à PETROBRÁS, a economia brasileira, os acionistas minoritários, o acionista controlador. Perde ainda também, o setor sucroalcooleiro.

PERDE A SOBERANIA NACIONAL.

Para entender melhor as gravíssimas consequências para o Brasil, decorrentes da política de preços adotada, é necessário

destacar, com fatos e números, o extraordinário papel desempenhado pela PETROBRÁS na vida brasileira.

IMPORTÂNCIA DA PETROBRÁS

A empresa é líder mundial em tecnologia para exploração e produção de petróleo em águas profundas e ultraprofundas.

É líder na distribuição de derivados de petróleo e gás natural.

Atua no Brasil e em mais 17 países.

Nono parque de refino no mundo.

Tem participação majoritária ou expressiva na distribuição de derivados, gás natural, energia elétrica, gás química e biocombustíveis.

Segundo o Jornal Valor Econômico, “a PETROBRÁS é uma empresa forte e responde por cerca de 10% do PIB brasileiro” (30.08.2013).

A PETROBRÁS é grande geradora de empregos diretos. Ela, com suas subsidiárias e coligadas, forma o SISTEMA PETROBRÁS, com um efetivo de 86108 empregados.(PETROBRÁS – Relatório da Administração – 2013)

O número de empregos indiretos, vinculados à indústria do petróleo, é difícil de estimar com precisão mas, certamente, deve ser da ordem de milhões. Somente a atividade de revenda de combustíveis, exercida por pequenos e médios empresários

brasileiros, em mais de 40 mil postos de serviço, mantém ativos mais de 400 mil trabalhadores.

A indústria naval, sucateada, praticamente morta, por duas décadas, renasceu, a partir de 2003, empregando hoje mais de 80 mil trabalhadores diretos. São centenas de embarcações em construção, incluindo navios e plataformas de vários tipos e centenas de barcos de apoio às atividades “offshore”. Antes concentrada no Rio de Janeiro, hoje espalha-se, com dezenas de estaleiros, operando ou em construção, pelos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Pernambuco, Espírito Santo, São Paulo, Ceará, Amazonas, Paraná, Bahia, Alagoas e Pará. O renascimento foi viabilizado pelos programas PROMEF – Programa de Modernização e Expansão da Frota e PROREFAM – Programa de Renovação da Frota de Apoio Marítimo, conduzidos por sua subsidiária TRANSPETRO.

A indústria do petróleo no Brasil está fortemente vinculada ao setor sucroalcooleiro. As usinas e destilarias produzem álcool (etanol), anidro, que é misturado à gasolina e hidratado, usado diretamente em milhões de veículos. São mais de 400 usinas, 2,5 milhões de empregos diretos, 80 mil fornecedores, 600 milhões de toneladas de cana processadas por ano, com impactos em 600 municípios.

Em 2013 todas as empresas estatais investiram R\$ 113,5 bilhões. Deste valor R\$ 99,2 bilhões ou 87,4%, foram investidos pelo SISTEMA PETROBRÁS. Os dados foram extraídos do “Site” “CONTAS ABERTAS”. No mesmo período a ELETROBRÁS investiu R\$ 7,2 bilhões e a INFRAERO R\$ 1,6 bilhão.

A PETROBRÁS lidera o esforço científico e tecnológico no Brasil. Mantém, na Ilha do Fundão, integrado com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, o maior Centro de Pesquisas e Desenvolvimento do Hemisfério Sul. Nele trabalham 1959 funcionários, dos quais 1788 são exclusivamente dedicados à pesquisa, desenvolvimento e engenharia básica. Em 2013 foram investidos R\$ 2,4 bilhões em P&D. Além do extraordinário esforço direto, realizado pela empresa, em 2013 a Companhia conduziu projetos de pesquisa e desenvolvimento, em parceria com mais de 100 universidades e centros de pesquisas no Brasil e no exterior (Relatório da Administração 2013, página 209).

Em 2013 a PETROBRÁS pagou R\$ 15,057 bilhões em “royalties” contemplando 932 municípios em 18 estados. No mesmo ano foram pagos R\$ 15,161 bilhões em participações especiais.

A PETROBRÁS dá extraordinária contribuição à receita tributária da União, dos estados e dos municípios brasileiros, direta e indiretamente. Em 2013 foram recolhidos em tributos diretos, R\$ 13,383 bilhões em ICMS, R\$ 4,580 bilhões em Imposto de Renda, R\$ 15,851 bilhões em PIS / COFINS e R\$ 4,773 bilhões em outros tributos.

A Companhia tem importante participação, como empresa geradora de energia elétrica para o Sistema Interligado Nacional, controlando 18 usinas termelétricas com capacidade instalada de 6.885,5 MW.

Em 31.12.2013 a PETROBRÁS contava com 288.561 acionistas minoritários / não controladores. Estima-se que, considerados os “acionistas institucionais” (fundos de pensão,

fundos de investimentos, fundos do FGTS, etc), este número deve se aproximar ou ultrapassar um milhão de pessoas físicas e jurídicas, investidores em ações da Companhia. Suas ações são negociadas em São Paulo, Nova Iorque, Madrid e Buenos Aires.

A PETROBRÁS participa, em associação com Estados da Federação e grupos privados, de 19 companhias distribuidoras de gás natural, além de deter o controle acionário da Gás Brasiliense, no Estado de São Paulo.

É grande produtora de fertilizantes nitrogenados, operando 3 plantas, localizadas em Araucária (PR), Camaçari (BA) e Laranjeiras (SE). Produz amônia, uréia, arla 32, ácido nítrico, gás carbônico. Está ampliando a Unidade de Laranjeiras (SE) e construindo ou projetando novas Unidades em Três Lagoas (MS), Uberaba (MG) e Linhares (ES).

Em 2013 foram aplicados quase R\$ 520 milhões em 830 projetos sociais, ambientais, educacionais e esportivos. Há sete linhas de atuação, incluindo produção, inclusiva e sustentável, biodiversidade e sóciodiversidade, direitos da criança e do adolescente, florestas, educação, clima, água, esporte, equidade de gênero e raça, inclusão de pessoas com deficiência.

Já podem ser observados gravíssimos prejuízos, decorrentes da política de preços, para os derivados de petróleo.

DETERIORAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA PETROBRÁS

Revelada por vários índices.

ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO

R\$ BILHÕES

ANO	ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO
2009	86,9

2010	100,9
2011	136,6
2012	181,0
2013	249,00

Fonte: PETROBRÁS – Relatório da Administração 2013.

Comentário: Aumento de 186,53% no endividamento de 2013 em relação à 2009. Quase triplicou em 4 anos !!!

VALOR DE MERCADO

R\$ BILHÕES

ANO	MERCADO
2009	347
2010	380
2011	292
2012	255
2013	215

Fonte: PETROBRÁS – Relatório da Administração 2013.

Comentários:

1) Valor de mercado = nº de ações multiplicado pela cotação em Bolsa de Valores.

2) Valor de mercado em 2013 reduzido a 61,95% do que era em 2009.

Também a estrutura de capital da PETROBRÁS vem se deteriorando, com crescente participação de capitais de terceiros nas operações da Companhia.

ANO	RELAÇÃO
2011	40%

2012	47%
2013	51%

Fonte: PETROBRÁS – Relatório da Administração 2013.

Capital de terceiros líquido / passivo total líquido.

PREJUÍZOS NA ÁREA DE ABASTECIMENTO

A área de abastecimento (refino) vem apresentando enormes e sucessivos prejuízos, consequência do artificialismo nos preços da gasolina e do diesel. Em 2012 prejuízo de R\$ 22,931 bilhões e, em 2013, R\$ 17,764 bilhões.

LUCRO POR AÇÃO CONSOLIDADO

R\$ / AÇÃO

ANO	LUCRO POR AÇÃO
2009	3,43
2010	3,57
2011	2,55
2012	1,62
2013	1,81

Fonte: PETROBRÁS – Relatório da Administração 2013.

Comentário: Redução do lucro por ação, em 2013, de 49% em relação a 2010.

LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO

R\$ BILHÕES

ANO	LUCRO LÍQUIDO

2009	30,051
2010	35,189
2011	33,313
2012	21,182
2013	23,570

Fonte: PETROBRÁS – Relatório da Administração 2013.

Comentário: Redução do lucro líquido de 2013, de 33,02% em relação ao de 2010.

DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

Estas despesas, em 2013, no valor de R\$ 6,202 bilhões superaram, em R\$ 2,479 bilhões, as do exercício de 2012, consequência, dentre outras razões, do maior endividamento da PETROBRÁS.

ALAVANCAGEM FINANCEIRA

O valor aceitável, sustentável, para este índice deve se situar entre 25 e 35%, este último percentual, fixado pelo próprio Conselho de Administração (CA) da PETROBRÁS. Este parâmetro também vem se deteriorando, assumindo valores crescentes, passando de 24% em 2011, para 31% em 2012 e 39% em 2013. Está, portanto, acima do máximo fixado pelo CA.

DÍVIDA LÍQUIDA / EBITDA

O CA da Companhia estabeleceu como valor máximo 2,5. Em 31.12.2013 este índice estava desconforme com a determinação do Conselho, atingindo 3,52 (Fonte: Brasil Econômico, Jornalista Nicola Pamplona, 28.02.2014).

Observação: EBITDA = lucro antes dos impostos, juros, depreciação e amortização.

CONSEQUÊNCIAS DO ENFRAQUECIMENTO FINANCEIRO DA PETROBRÁS

A Alta Administração da PETROBRÁS aprovou Plano de Negócios e Gestão para o período 2013/2017, com investimentos previstos de US\$ 236,7 bilhões em cinco anos. É o maior investimento em todo o mundo entre as companhias petrolíferas. Sua execução é fundamental e necessária para desenvolver as enormes jazidas do pré-sal, aumentar a produção de óleo e gás, ampliar o parque de refino e restabelecer a autosuficiência do país em petróleo e derivados. O Plano aprovado, em 2013, era consistente e viável. A política de preços adotada pelo Governo ameaça a execução deste Plano.

A PETROBRÁS procura atenuar o enorme prejuízo que vem sofrendo com medidas paliativas que não solucionam suas dificuldades a saber:

- endividamento crescente, já atingindo valores insuportáveis;
- postergação de projetos cuja execução é fundamental para o desenvolvimento e a segurança energética do país;
- venda de ativos, realizada nem sempre em conjuntura e condições favoráveis.

Relacionamos a seguir algumas consequências provocadas pelas dificuldades de geração de caixa da PETROBRÁS.

PERDAS DO ACIONISTA CONTROLADOR

Perda Patrimonial

O Governo Federal é o acionista controlador da PETROBRÁS, detentor de ações ordinárias, com direito a voto. Estas ações pertencem ao Tesouro Nacional (3.740.470.811), ao BNDES

(895.799.657) e ao BNDESPAR (1.353.049.158). No total são 5.989.319.626 ações.

Em 21.05.2008 as ações da PETROBRÁS eram cotadas a R\$ 45,56/ação. Em março de 2014 atingiram o valor de R\$ 13,56/ação. Considerando a diferença de cotação (R\$ 32,00/ação), verifica-se uma perda / diminuição patrimonial do acionista controlador de R\$ 191,658 bilhões.

Perda com Dividendos

A Administração da PETROBRÁS vinha pagando, por vários anos, dividendos e/ou juros sobre o capital próprio iguais, para ações ordinárias e preferenciais, conforme quadro abaixo.

PETROBRÁS (Valor dos Dividendos – R\$)

AÇÕES	2009	2010	2011	2012	2013
ON	0,95000	1,03000	0,92000	0,47000	0,52170
PN	0,95000	1,03000	0,92000	0,96000	0,96720

Nos exercícios de 2012 e 2013, em decorrência da política de preços, reduziu os dividendos pagos ou propostos para os títulos ordinários que passam a receber menos R\$ 2,668 bilhões. Nos dois

exercícios as perdas do Governo Federal, com dividendos, será, portanto, de aproximadamente R\$ 5,4 bilhões.

Perda com Renúncia Fiscal

Em 2012 a PETROBRÁS recolheu o valor de R\$ 2.023 bilhões (CIDE). Em 2013 não houve contribuição, pois o Governo Federal “zerou” a CIDE para evitar reajuste dos preços dos derivados ao consumidor final.

Ainda no tocante às perdas com a renúncia fiscal (CIDE), vale transcrever, aqui, trecho de Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas da União – TC 041 275/2012:

“Além disso, embora tenha reajustado os preços da gasolina e do óleo diesel nas refinarias da Petrobras em 2012, o Governo Federal reduziu as alíquotas da CIDE-Combustíveis, para evitar que o aumento fosse repassado ao consumidor final. Conforme recentemente veiculado na imprensa, o Governo Federal deixou de arrecadar de quem abastece os carros com gasolina cerca de R\$ 22 bilhões, de 2008 até agora.

Vê-se, assim, que os derivados foram duplamente subsidiados, tanto por uma sistemática de preços desalinhada dos custos efetivamente incorridos pela Petrobras quanto pela política de renúncia fiscal.

A manutenção de preços de derivados, de forma artificial, aliada às políticas de redução de impostos no setor automotivo, foi, certamente, responsável pelo crescimento acentuado do consumo de gasolina, que passou de 25 milhões de m³, em 2008, para 40 milhões de m³, em 2012, aumento de cerca de 60%”.

Perdas para os Acionistas Minoritários

O Capital Social da PETROBRÁS é representado por 13.044.496.930 de ações, entre preferenciais e ordinárias.

Excluindo as ações do acionista controlador restam 7.055.177.304 ações detidas pelos minoritários. Considerando uma desvalorização média de R\$ 32,00/ação a perda para os minoritários seria da ordem de R\$ 225,765 bilhões.

Desencanto dos Acionistas / Investidores com as Ações da PETROBRÁS

A Companhia chegou a ter 396.975 acionistas diretos em 31.12.2010. Este número caiu para 347.721 (2011), 307.519 (2012) e 288.561 (2013).

A redução mostra a desilusão e a perda de atratividade, crescentes, dos papéis da PETROBRÁS, explicadas pela acentuada desvalorização dos mesmos nos últimos anos. Os papéis da Companhia têm forte influência no Índice BOVESPA (12,079%) e sua desvalorização prejudica muito todo o mercado, criando um clima de pessimismo, desânimo e apreensão.

Redução dos Investimentos

Em 25.02.2014 o Conselho de Administração da PETROBRÁS aprovou o Plano de Negócios e Gestão para o período 2014/2018, com investimentos de US\$ 220,6 bilhões. Uma redução de US\$ 16,1

bilhões (7% em relação ao Plano 2013/2017). A Companhia prevê investimentos de R\$ 94,6 bilhões em 2014, valor inferior ao recorde investido em 2012, R\$ 104,4 bilhões.

Adiamentos e Atrasos em Projetos Importantes

Os projetos das Refinarias Prêmio I (Maranhão) e Prêmio II (Ceará) foram postergados para 2019. Os projetos RNEST (Refinaria do Nordeste) e COMPERJ (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro) também estão atrasados. Todos são fundamentais para que o país volte a ser autosuficiente em derivados. Em 2013 foram importados 174 mil barris/dia de diesel e 32 mil barris/dia de gasolina. O déficit comercial na área do petróleo atingiu o elevado valor de US\$ 16,2 bilhões.

Risco de Perda do Grau de Investimento

O endividamento crescente da PETROBRÁS poderá levar as agências de classificação de risco a reclassificar a Companhia com perda do grau de investimento. Ocorrendo este rebaixamento a PETROBRÁS passaria a captar recursos mais caros no mercado financeiro. O mesmo ocorreria com o país e outras empresas brasileiras.

Consequências Desastrosas para Fornecedores e Prestadores de Serviços

O adiamento de projetos e a redução dos investimentos, certamente trará enormes prejuízos para dezenas de milhares de

fornecedores, subfornecedores e prestadores de serviços à PETROBRÁS. Tais prejuízos se manifestarão sob as formas de elevação na taxa de ociosidade, aumento de custos, menor produtividade, desemprego, retrocesso tecnológico, desnacionalização dentre outros.

Graves prejuízos para a Indústria Sucroalcooleira

O subsídio à gasolina, decorrência da manutenção de preços artificiais, vem causando prejuízos devastadores à indústria do etanol.

Segundo Cesário Ramalho da Silva, presidente da Sociedade Rural Brasileira, Jornal Valor Econômico, 19.12.2013, INTERVENCIONISMO NO PREÇO DO COMBUSTÍVEL QUEIMA O ETANOL.

“A verdade é que o congelamento artificial do preço da gasolina -conduzido nos últimos anos como medida de controle da inflação - trouxe uma série de prejuízos não só para as contas do setor sucroenergético como também para Petrobras, a economia do país, o meio ambiente e a saúde dos brasileiros.

Nas duas últimas safras, cerca de 44 usinas deixaram de moer cana, e se nada mudar, projeções dão conta que este número aumentará para 54 na próxima temporada.. E os números negativos não param por aí.

Extintos 100 mil empregos”.

Aqui também cabe a transcrição de trecho do Relatório de Auditoria do TCU – TC 041.275/2012:

“Retornando às questões específicas tratadas nos autos, vê-se que a política de subsídios aos preços da gasolina provocou, ainda, perda de competitividade do etanol, que apresentou queda no consumo de 40%, no período de 2009 a 2012. Optou-se, assim, pelo estímulo ao consumo de um combustível fóssil, cuja capacidade de refino encontra-se esgotada, em detrimento de outro, limpo e renovável, com capacidade ociosa nas usinas. Resta evidente a ineficácia da economia, na medida em que foram feitos altos investimentos nos sistemas de produção, distribuição e comercialização do etanol, agora subutilizados”.

CONCLUSÃO

Em face do exposto, peço o empenho dos companheiros e companheiras do PSB, integrantes das bancadas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, para que seja inserida, no escopo da Comissão Parlamentar de Inquérito que está sendo instalada, uma avaliação detalhada da política de preços para os derivados de

petróleo e suas conseqüências para a PETROBRÁS e para a economia do país.

Para esta investigação deverão ser convidados / convocados os Ministros da Fazenda e das Minas e Energia, Diretores da PETROBRÁS, Associação dos Engenheiros da PETROBRÁS, Sindicato de Trabalhadores, Representantes do Setor

Sucroalcooleiro, Acionistas Minoritários e Entidades como ABIMAQ, ABEMI, ABEAM, SINAVAL, ABRAPET, NAVIPEÇAS, ABINEE e outras, representativas de fornecedores de materiais, equipamentos e prestadores de serviços.

Saudações Socialistas,

Ricardo Maranhão

